

Instituições de longa permanência para idosos: revisão integrativa

Long-stay institutions for the elderly: a review

Instituciones de larga estancia para personas mayores: una revisión

Recebido: 07/11/2022 | Revisado: 17/11/2022 | Aceitado: 18/11/2022 | Publicado: 25/11/2022

Aloísio Evangelista de Sousa Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9205-0181>
Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil
E-mail: contato@aloisioevangelista.com.br

Filipe Gustavo Leão do Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7703-2279>
Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil
E-mail: filipeg.ldn@gmail.com

Ana Flávia Machado de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6691-4804>
Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil
E-mail: anaflaviaparaibana@hotmail.com

Diane Nogueira Paranhos Amorim

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5362-5747>
Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil
E-mail: diannenogueira@hotmail.com

Francisnete Lima da Rocha Borges

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7896-6727>
Centro Universitário UniFacid Wyden, Brasil
E-mail: vilneth@gmail.com

Resumo

O surgimento e difusão das Instituições de longa permanência para idosos (ILPIs) está ligado ao aumento demográfico desta população no Brasil. Este estudo tem como objetivo analisar as Instituições de longa permanência, dentro do contexto da transição demográfica e dos fatores que levam pessoas idosas a se institucionalizar. Utilizaram-se artigos científicos nacionais, disponíveis na íntegra nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)* e revista *Research, Society and Development*, publicados nos últimos cinco anos. Aderindo-se através dos descritores/palavras chaves: “pessoa idosa”, “ILPI”, “moradia”, combinados com o operador booleano “AND”. Primeiramente, forma expostos dados sobre o envelhecimento populacional, seguido por uma breve perspectiva histórica das Instituições de Longa Permanência e finalizando-se com o processo de institucionalização da pessoa idosa nas mesmas. Concluiu-se que apesar de existirem definições e configurações sobre como as ILPIs devem funcionar, se faz necessário um estudo aprofundado das necessidades físicas e comportamentais da pessoa idosa, a fim de reestruturar o ambiente das ILPIs, locais que se tornaram o destino de moradia para uma demanda crescente de pessoas idosas. O processo de institucionalização e a vivência do idoso na instituição são fatores para o estudo das melhorias da qualidade da assistência prestada à pessoa idosa.

Palavras-chave: Pessoa idosa; ILPI; Moradia.

Abstract

The emergence and spread of long-stay institutions for the elderly (ILPIs) is linked to the demographic increase of this population in Brazil. This study aims to analyze long-stay institutions within the context of the demographic transition and the factors that lead elderly people to institutionalize. National scientific articles were used, available in full in the *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, *Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS)* and *Research, Society and Development* journals, published in the last five years. Adhering through the descriptors/key words: “elderly person”, “ILPI”, “housing”, combined with the Boolean operator “AND”. Firstly, data on population aging was exposed, followed by a brief historical perspective of Long-Term Institutions and ending with the process of institutionalization of the elderly in them. It was concluded that although there are definitions and configurations on how LTCFs should work, an in-depth study of the physical and behavioral needs of the elderly is necessary, in order to restructure the environment of LTCFs, places that have become the housing destination for growing demand from older people. The institutionalization process and the experience of the elderly in the institution are factors for the study of improvements in the quality of care provided to the elderly.

Keywords: Elderly; ILPI; Home.

Resumen

La aparición y expansión de las instituciones de larga estancia para ancianos (ILPI) está ligada al aumento demográfico de esta población en Brasil. Este estudio tiene como objetivo analizar las instituciones de larga estancia en el contexto de la transición demográfica y los factores que llevan a las personas mayores a institucionalizarse. Se utilizaron artículos científicos nacionales, disponibles íntegramente en la Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SCIELO), Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud (LILACS) y en las revistas Investigación, Sociedad y Desarrollo, publicados en los últimos cinco años. Adhiriendo a través de los descriptores/palabras clave: “persona mayor”, “ILPI”, “vivienda”, combinado con el operador booleano “AND”. En primer lugar, se expusieron datos sobre el envejecimiento poblacional, seguido de una breve perspectiva histórica de las Instituciones de Larga Duración y finalizando con el proceso de institucionalización de los adultos mayores en las mismas. Se concluyó que si bien existen definiciones y configuraciones sobre cómo deben funcionar los LTCE, es necesario un estudio profundo de las necesidades físicas y de comportamiento de las personas mayores, para reestructurar el entorno de los LTCE, lugares que se han convertido en el destino de vivienda para creciente demanda de las personas mayores. El proceso de institucionalización y la experiencia del anciano en la institución son factores para el estudio de mejoras en la calidad del cuidado prestado al anciano.

Palabras clave: Anciano; ILPI; Hogar.

1. Introdução

O Brasil está se tornando um país com população mais velha. Este processo de transição demográfica, conceito relacionado ao crescimento populacional promovido pela urbanização, promoveu uma queda na taxa de mortalidade sem afetar os índices de natalidade. Em 2018 o número de pessoas idosas ultrapassou o número de 29,6 milhões de pessoas idosas (Cabral, 2022; Rodrigues *et al.*, 2020).

Para a Organização Mundial de Saúde – OMS, em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária: Até 2050 haverá uma população de dois bilhões de pessoas idosas, sendo 80% nos países em desenvolvimento, onde o Brasil se inclui. O envelhecimento de uma população reflete uma redução no número de crianças e jovens e um aumento na proporção de pessoas com 60 anos ou mais (OMS, 2005).

Fatores moleculares, celulares, sistêmicos, comportamentais, cognitivos e sociais estão associados ao processo de envelhecimento. Tais alterações fisiológicas e patológicas vivenciadas na pessoa idosa resultam em uma crescente dependência para realização das atividades diárias. (Guerra *et al.*, 2021).

A qualidade de vida da pessoa idosa possui ligação direta com sua capacidade de ser independente e uma moradia adequada é fundamental, considerando aspectos de acessibilidade, segurança e conforto ambiental (Campos, 2020). Existem situações em que o idoso necessita de assistência, mas o ambiente familiar não propicia. Como alternativa de moradia para a pessoa idosa surgiram as Instituições de Longa Permanência (ILPIs), públicas ou privadas (Silva *et al.*, 2017).

As ILPIs são instituições de assistência à pessoa idosa, que seguem as orientações fornecidas pelo Estatuto do Idoso, legislação vigente e políticas públicas direcionadas a este público. Surgiram no Brasil na década de 1980 e foram os primeiros locais destinados a cuidar da saúde dos idosos, fornecendo alimentação e moradia (Vanzin *et al.*, 2020).

Inicialmente associada a asilos, as ILPIs são instituições residenciais governamentais ou não, destinadas ao domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar. Nestes locais os residentes realizam atividades que vão desde a alimentação à socialização (Fagundes *et al.*, 2020).

O presente estudo tem como objetivo identificar os fatores que levaram ao surgimento das ILPIs no Brasil, abordando o envelhecimento populacional do país e a caracterização da pessoa idosa, a perspectiva histórica das Instituições de Longa Permanência e quais motivos levam ao processo de institucionalização.

2. Referencial Teórico

2.1 População idosa

O envelhecimento populacional é um fenômeno existente no Brasil. Em 2018, o Brasil já ultrapassava o número de 29,6 milhões de pessoas idosas. Entre 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4%, enquanto houve aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária no período. Com isso, pessoas de 30 anos ou mais passaram a representar 56,1% da população total em 2021 (Cabral, 2022).

A expectativa de vida do brasileiro alcançou 76,3 anos em 2018, sendo a média representativa para os homens, 72,8 anos e para as mulheres, 79,9 anos e, acima de 80 anos, a proporção de mulheres é superior à dos homens. A população de idosos deve representar 25,5% da população brasileira até 2060 (Cabral, 2022). No Brasil, entre os anos 1992 e 2012, aproximadamente 4 milhões de idosos residem sozinhos (Rodrigues *et al.*, 2020).

O crescimento da população idosa foi causado pela diminuição da taxa de fecundidade, consequência do aumento de mulheres no mercado de trabalho, assim como conscientização do planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos. Condições de vida melhores proporcionadas pelo saneamento básico nos centros urbanos e o avanço da medicina. Com todas estas mudanças ocorridas na sociedade, o tempo dedicado ao cuidado com a pessoa idosa diminuiu, propagando-se a presença dos “cuidadores” prestando serviços como ajudá-los a alimentar-se, vestir-se ou fazer uso das medicações no horário correto. Como consequência, o número crescente do processo de institucionalização da pessoa idosa em asilos (Silva *et al.*, 2017).

Características presentes no processo de envelhecimento, como doenças crônicas, perda da aptidão geral causada pelo sedentarismo, movimentos lentos, dificuldade na locomoção, ocasionam quedas, sendo estas no Brasil destaque por terem grande impacto no perfil de mortalidade e relevância na morbidade, pois ocasionam desde lesões leves até fraturas e morte. Além dos fatores físicos e psicológicos, as condições para o risco de queda estão também relacionadas a ambientes mal planejados e construídos sem atendimento às normas direcionadas ao assunto (Leite, *et al.* 2021).

Alguns cuidados para prevenção de quedas podem ser adotados na admissão da pessoa idosa em uma Instituição de Longa Permanência, por exemplo, tais como uma avaliação por meio de escala adequada ao perfil de cliente: histórico de queda, necessidades fisiológicas ou cognitivas, o uso de medicações, uso de equipamentos para mobilidade, equilíbrio, ou até mesmo se possui alguma condição de saúde especial, como hipoglicemia, hipotensão postural, cardiopatias, entre outras condições clínicas (Governo do Estado de São Paulo, 2020).

A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Brasil, 2006) recomenda que as intervenções de saúde voltadas à pessoa idosa possuam abordagem multidisciplinar e multidimensional, devendo ser considerada a intensa relação entre fatores físicos, psicológicos, espirituais, sociais e ambientais capazes de influenciar em sua saúde. São necessárias, portanto, ações que permitam que a pessoa idosa envelheça de forma saudável, com qualidade de vida e moradia digna, especialmente quando não possuem em ambiente familiar (Rodrigues *et al.*, 2020).

2.2 ILPIS

O aumento da expectativa de vida, assim como as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura familiar são fatores que contribuem para aumento proporcional do número de pessoas idosas vivendo sozinhas. O cuidado com a pessoa idosa no ambiente familiar encontra resistência no tamanho das famílias, que estão menores, geograficamente dispersas e complexas (Campos, 2020).

Nesse contexto, as ILPIs tornaram-se locais para acolhimento de pessoas idosas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde questões referentes ao tema ainda são tratadas de forma pouco resolutiva. O surgimento das instituições para idosos iniciou-se entre os anos de 520 e 590, com o Cristianismo (Alcântara, 2004). A princípio, chamados “asilos”,

abrigavam aqueles que não se enquadravam em outras instituições, como andarilhos e pessoas idosas, passando a ser chamada “Instituição para Velhos” no final do século XX (Ximenes, 2007). Os asilos eram casas de assistência social onde eram recolhidas pessoas pobres e desamparadas, como mendigos, crianças abandonadas, órfãos e pessoas idosas (Araújo, 2010).

Com o objetivo de diminuir aspectos negativos, como rejeição e pobreza da designação “asilos”, a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) incentivou o uso da expressão “Instituição de Longa Permanência para Idosos”, a qual passou a vigorar definitivamente a partir da Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 283 de 2005. (Pollo, 2008). Posteriormente a RDC n. 283 foi substituída por a RDC nº 502 de 27 de Maio de 2021 (Brasil, 2021).

ILPI passou a ser definida então como um estabelecimento para atendimento integral institucional, cujo público-alvo é pessoas de 60 anos ou mais, dependentes ou independentes nas atividades de vida diária, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Pode-se definir ILPI também como uma instituição governamental ou não, que apresenta caráter residencial e visa o domicílio coletivo de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, promovendo condições de liberdade, dignidade e cidadania (Fagundes *et al.*, 2020).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as ILPIs brasileiras estão concentradas na região Sudeste (dois terços), sendo que apenas o estado de São Paulo tem 34,3% do total. Com mais de 20 milhões de idosos, o Brasil tem apenas 218 asilos públicos. As instituições públicas e privadas abrigam 83 mil idosos, a maioria mulheres (IPEA, 2021). Percebeu-se que nas ILPIs, além de moradia, de acordo com o grau de dependência dos idosos presentes, são realizadas atividades de socialização, que promovem a integração das pessoas idosas e oportunidades de exercerem seu papel social, permitindo um cotidiano mais próximo ao anterior à institucionalização (Fagundes *et al.*, 2020).

Fisicamente, as ILPIs apresentam-se com sob duas vertentes: uma arquitetônica, referente à adequação física dos espaços (dimensões dos dormitórios, iluminação, revestimentos apropriados, barras de segurança, etc); e outra funcional que depende das suas gestões (cuidado com limpeza e organização, manutenção constante, etc) (Vanzin *et al.*, 2020). Atualmente as normas de funcionamento para as ILPIs no Brasil são definidas por Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA/RDC nº 502, de 27 de maio de 2021 (Brasil, 2021).

As ILPIs podem oferecer uma ou mais modalidades assistenciais: a primeira destinada a pessoas idosas independentes; a segunda destinada a pessoas idosas com dependência funcional em qualquer atividade de autocuidado e a terceira destinada a pessoas idosas com dependência que requeiram assistência total (Silva *et al.*, 2017).

O Ministério da Saúde, por meio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2021) trata sobre o dimensionamento de pessoal para atender às necessidades dos institucionalizados. Para a primeira modalidade é necessário 1 cuidador para cada 20 residentes. Entende-se por cuidador o profissional que presta cuidados básicos, ou de vida prática, restritos, esporádicos, ocasionais ou intermitentes. Esse trabalhador cuida de pessoas idosas que apresentam diferentes níveis de dependência, associada a incapacidades funcionais e a doenças. Para a segunda modalidade se faz necessário a contratação de 1 médico, 1 enfermeiro, 1 nutricionista, 1 fisioterapeuta, 1 técnico de enfermagem para cada 15 pessoas idosas, ou fração, por turno; 1 cuidador para cada 10 pessoas idosas, ou fração, por turno. Já na terceira modalidade, são precisos 1 médico, 1 enfermeiro, com 1 nutricionista, 1 fisioterapeuta, 1 técnico de enfermagem para cada 10 idosos, ou fração, por turno; um cuidador para cada 08 idosos, ou fração, por turno. Para as 3 modalidades também fazem parte do corpo profissional trabalhadores para serviços gerais e cozinheiros.

Os profissionais de saúde das Instituições de Longa Permanência possuem atribuições em comum como planejar ações quem envolvam a atenção à saúde das pessoas idosas; identificar e acompanhar as pessoas idosas em processo de fragilização; conhecer os hábitos e estilos de vida das pessoas idosas e seus familiares, bem como os acolher de forma humanizada, dentre outras (Brasil, 2007).

Sobre as relações estabelecidas entre a pessoa idosa e o ambiente de moradia, percebeu-se que a capacidade de adaptação ao local está relacionada ao processo natural de envelhecimento. Manter a autonomia proporciona melhoria na qualidade de vida. Alterações na mobilidade e nas percepções sensoriais requerem que o espaço utilizado propicie a orientação no ambiente. Os conceitos de acessibilidade, ergonomia e antropologia devem ser utilizados em conjunto para elaboração dos espaços das ILPIs. A Norma Técnica NBR 9050/2020, elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) regulamenta as dimensões e padrões com a finalidade de adequar o espaço a todos, permitindo o acesso universal de modo indiscriminado (ABNT, 2020). Associada à acessibilidade, a ergonomia, compreende a relação entre o indivíduo, o equipamento e o ambiente, buscando adequação ao espaço de modo a promover segurança e bem-estar ao usuário. Já a antropometria, relaciona as dimensões do corpo humano com o desempenho no espaço, sendo fundamental sua aplicação a mobiliário e equipamentos (Campos, 2020).

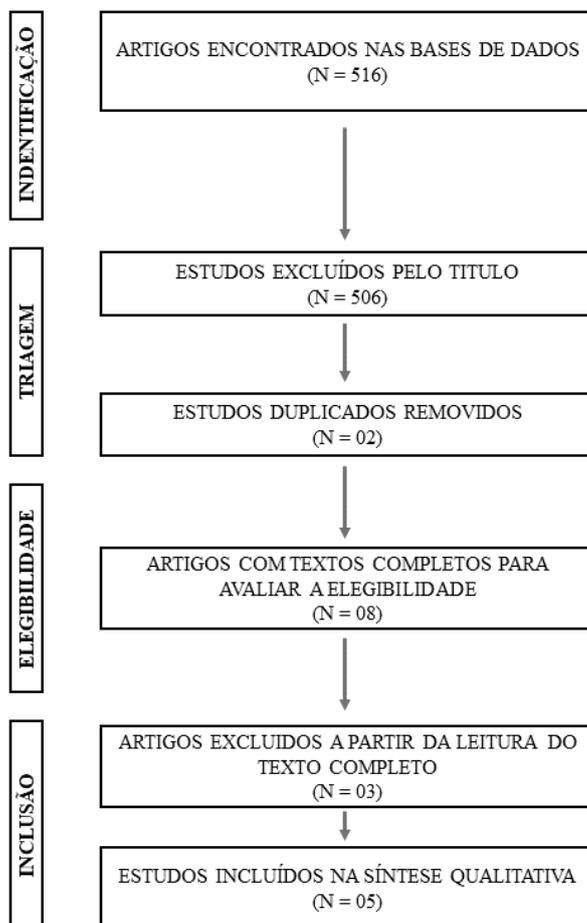
3. Metodologia

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa, exploratória e descritiva, permitindo a inclusão de diferentes pesquisas, para uma análise do vasto entendimento referente às Instituições de Longa Permanência para Idosos. Fundamentado nos estudos de Mendes *et al* (2008) uma revisão integrativa é um “método de pesquisa que permite a síntese de múltiplos estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo.

Para alcançar tais objetivos esta revisão integrativa percorreu as etapas propostas por estudiosos do método: identificação da questão de pesquisa (por meio da pergunta norteadora), estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de estudos, definição das informações a serem extraídas dos estudos, avaliação dos dados, apresentação e interpretação dos resultados. (Mendes *et al.*, 2008). A pergunta norteadora para o estudo foi: “Qual a importância das instituições de longa permanência (ILPI) para a população idosa”. Esta pergunta incluiu a caracterização da pessoa idosa, abordagem sobre as Instituições de Longa Permanência (como conceitos, surgimento e caracterização das mesmas), bem como das legislações vigentes sobre o tema.

As buscas foram realizadas nas bases de dados eletrônicas *Scientific Electronic Library Online (SCIELO)*, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), devido se grau de relevância acadêmica. As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: ILPI, projetos arquitetônicos, idoso e moradia, adotando-se o operador booleano “and”. Foram considerados os seguintes critérios de inclusão dos trabalhos encontrados: textos em português, disponíveis na íntegra nas bases de dados selecionadas, publicados nos últimos cinco anos, condizentes com o objetivo do trabalho. Adotou-se como critério de exclusão, artigos duplicados, artigos de revisão, cartas e editoriais e demais estudos que não atenderam aos critérios estipulados. Dessa forma foram extraídos cinco artigos para serem analisados, conforme demonstrado no fluxograma da revisão integrativa da Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos artigos.



Fonte: Autores.

4. Resultados e Discussão

No Quadro 1 são exibidos e estruturados, a descrição sistemática dos principais artigos, destacando o autor(res), ano de publicação, título do artigo, seus objetivos e a metodologia aplicada.

Quadro 1 - Descrição dos artigos selecionados para o estudo, segundo autor/ano, título artigo, objetivos e metodologia

AUTOR/ ANO	TÍTULO ARTIGO	OBJETIVOS	METODOLOGIA
Silva <i>et al.</i> (2017)	Caracterização de uma instituição de longa permanência para idosos	Caracterizar o funcionamento de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), visando à adequação da ILPI à legislação e melhoria da assistência.	Realizou-se um estudo de caso, de cunho exploratório-descritivo, qualitativo, em uma ILPI, no município de Currais Novos/RN. A observação participante da rotina, realização de entrevistas e acesso aos prontuários foram os métodos empregados para coleta de dados.
Vanzin <i>et al.</i> (2017)	Observações sistemáticas em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): Considerações arquitetônicas	Objetivo de analisar ILPIs de Santa Maria, RS, seus dormitórios, a partir de observações sistemáticas, e propor contribuições arquitetônicas.	Estudo transversal do tipo descritivo-exploratório. O estudo foi realizado nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), de caráter filantrópico e privado, da cidade de Santa Maria, RS, as quais abrangem uma população institucionalizada, cadastrada no Conselho Municipal do Idoso de 366 idosos. A amostra das ILPIs foi não probabilística e intencional, em que foram escolhidas três ILPIs filantrópicas e três privadas. Foram realizadas visitas exploratórias com observações no ambiente.
Campos (2020)	Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP	Avaliar as condições de acessibilidade, segurança e conforto ambiental do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos do ponto de vista do ambiente construído, e estudar a percepção dos moradores quanto às condições locais de moradia. A finalidade do estudo foi identificar boas práticas e deficiências construtivas que resultaram na proposição de uma listagem de recursos que possibilitem melhorias construtivas em edificações adaptadas para idosos.	Pesquisa exploratória, adotando-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso. O objeto da pesquisa é o Conjunto Habitacional de Interesse Social Vila dos Idosos, selecionado por três aspectos de interesse: i) está situado na região central do município de São Paulo; ii) tratase de edificação específica para idosos, que residem em apartamentos ou em quitinetes sozinhos ou com acompanhante, em regime de locação social; e iii) disponibilização de dados sobre a obra pela Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB), responsável pela edificação do conjunto e permissão de acesso ao local para inspeção técnica e entrevista com os moradores. O estudo caracterizou-se como pesquisa qualitativa.
Fagundes <i>et al.</i> (2020)	Instituições de longa permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas.	Objetivo de refletir sobre as Instituições de Longa Permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas brasileiras.	Pesquisa de caráter bibliográfico, expondo sobre o envelhecimento populacional, seguido por uma breve perspectiva histórica das Instituições de Longa Permanência e o finaliza com o processo de institucionalização da pessoa idosa nas mesmas.
Rodrigues <i>et al.</i> (2020)	Análise da habitabilidade nos eixos de acessibilidade e funcionalidade de uma unidade habitacional projetada para idosos	Analisar a habitabilidade em uma unidade habitacional de um condomínio projetado para idosos na cidade de Patos-PB.	Pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. Utilizou-se também de pesquisas bibliográficas em livros, artigos científicos, dissertações e teses, que serviram para embasamento teórico do estudo. A pesquisa classifica-se como qualitativa, com aplicação de questionários. O objeto de estudo é o condomínio Cidade Madura.

Fonte: Autores.

Os estudos de Fagundes *et al.* (2020) e Silva *et al.* (2017) são concordantes para os mesmos achados, onde tanto a estrutura edificada, como os funcionários das instituições de longa permanência (ILPIs), são agentes do acolhimento das necessidades bio-psicos-sócio-espirituais, promovendo o resgate da individualidade e entendendo as expectativas da pessoa idosa residente nas ILPIs, pois cada indivíduo dar significados diferentes ao seu redor, conforme sua percepção do espaço em que está inserido, assim buscando dar assistência, indo além da ideia de um abrigo, mas de um lar.

Silva *et al.* (2017) ainda aponta em seu estudo de uma ILPI, no município de Currais Novos/RN, a necessidade de adequações da estrutura física, conforme os demais estudos analisados no presente trabalho também apontaram, constatado na sua análise a necessidade de recursos humanos, fazendo se necessário o aumento do número de cuidadores na instituição em estudo. Silva *et al.* (2017), estabelece a necessidade de profissionais qualificados, e uma equipe multidisciplinar para presta a assistência necessária que pessoas idosas demandam nas ILPI. A criação de um mecanismo de fiscalização para as Instituições

de Longa Permanência, devem existir para evitar falhas, nos aspectos estruturais da edificação, quando nos serviços ofertados as pessoas idosas.

Rodrigues *et al.* 2020, nos mostram a importância de analisar os critérios de acessibilidade, funcionabilidade e usabilidade, nos projetos para pessoas idosas, para isso sua pesquisa examinou cada um desses pontos no projeto do condomínio Cidade Madureira, que atende pessoas idosas com 60 anos ou mais, na cidade de Patos-PB. Observou-se que no critério de acessibilidade, as soluções do condomínio foram atendidas, conforme a NBR 9050 que trata da acessibilidade nas edificações. No critério de habitabilidade, que trata do pertencimento desse morador ao lugar, e funcionalidade, no que tange a facilidade no uso dos espaços conforme as necessidades e limitações do usuário idoso não foram atendidas, faltando soluções que estimulem os moradores a interagir com o espaço de forma independente.

As bases de análise observados por Rodrigues *et al.* 2020 em um projeto voltados para um público que pode pagar para o acesso de uma estrutura partícula, são os mesmos critérios usados na pesquisa de Campos (2020), que fez a avaliação das condições de acessibilidade, segurança e conforto ambiental do Conjunto Habitacional Vila dos Idosos, verificando que há a necessidade de intervenções e adaptações nas unidades de moradia, áreas de circulação do edifício e área externa no pavimento térreo, soluções que tragam melhores condições de acessibilidade, segurança e conforto, facilitando a socialização dos moradores e uso dos espaços de forma autônoma. Rodrigues *et al.* 2020, também observou em seu estudo a mesma necessidade de espaços que estimulem a socialização, e fortalecem o pertencimento, e autonomia do indivíduo idoso por meio da arquitetura.

Os pontos de funcionalidade e adequação dos espaços físicos devem ser diferenciados mesmo nos espaços de instituições particulares como públicas, segundo Vanzin *et al.* (2017), da seguinte forma, o aspecto da funcionalidade, como a sujeira, a desordem, a falta de manutenção por exemplo, é de responsabilidade da administração da ILPI. Já a adequação física, é um aspecto da arquitetura, como dimensões do quarto, iluminação, revestimentos entre outros.

O estudo das ILPIs de Santa Maria, RS, realizada por Vanzin *et al.* (2017), ressalta que a personalização do espaço, por meio de objetos pessoais como livros, fotos, bichinhos, plantas entre outros elementos por exemplo, fortalece o vínculo com sua história, e deve ser considerado pelo arquiteto no projeto de uma ILPI, um espaço para acomodar esses itens para cada usuário idoso. Outro ponto observado na pesquisa foi a identificação na porta dos dormitórios, como foto e nome do idoso, ou apenas o nome do residente, simbolizando a individualidade do indivíduo idoso, proporcionado de forma simples o sentimento de pertencimento ao lugar, segurança e acolhimento, necessárias para o bem-esta dos usuários da ILPI.

5. Considerações Finais

Constatou-se a importância das ILPIs como instrumento de atendimento à população idosa, proporcionado aos usuários condições de acessibilidade, habitabilidade e usabilidade dos espaços, sendo estes critérios para os projetos destas instituições, assim como a personalização do espaço e identificação das habitações, trazendo como isso a segurança necessária para o espaço, a interação de seus usuários com os mesmos de forma autônoma, promovendo assim sua socialização e com isso a criação de pertencimento e percepção de lar.

Quanto aos aspectos da estrutura física das ILPIs, tal é considerada um dos itens necessários dentro da institucionalização, assim como aspectos de recursos humanos, capacitação da equipe multidisciplinar e que as mesmas utilizem abordagens humanizadas. Todos são fatores que irão influenciar no bem-estar e permanência da pessoa idosa na Instituição.

Ressaltamos a necessidade de mais pesquisas nessa área, de modo a evidenciar a necessidade de uma arquitetura e corpo assistencial especializado que acolha as pessoas idosas e auxilie projetos adequados das Instituições de Longa Permanência. Incluem-se nestes estudos, todas as informações necessárias, de forma aprofundada, para nortear arquitetos,

órgãos de assistência pública assim como investidores da iniciativa privada que se reúnam para empreender novas ILPIS e reformar as existentes.

Referências

- ABNT. (2020). NBR 9050: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Associação brasileira de normas técnicas. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/nbr_%2009050_acessibilidade%20-%202004%20-%20acessibilidade_a_edificacoes_mobiliario_1259175853.pdf
- Alcântara, A. O. (2004). *Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos*. Ed. Alínea.
- Araújo, C. L. O., Souza, L. A., & Faro, A. C. M. (2010). *Trajetória das instituições de longa permanência para idosos no Brasil*. *Enf. Rev. Eletr.* 1(2), 250-62.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2005). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 283. *Regulamento Técnico para o Funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0283_26_09_2005.html
- Brasil, Ministério da Saúde. (2006). Portaria n. 2528. *Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html
- Brasil, Ministério da Saúde. (2007). *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). *Cadernos de Atenção Básica*, (19), 192p.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2009). *Estatuto do Idoso*. (2a ed.) rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 70 p. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estatuto_idoso_2ed.pdf
- Brasil, Ministério da Saúde. (2021). Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 502. *Funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdc0502_27_05_2021.pdf
- Cabral, U. (2022). *População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021*. Website Agência notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>
- Campos, M. D. F. (2020). *Habitação e bem-estar: estudo de caso na Vila dos Idosos, São Paulo, SP* (Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo). <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6139/tde-26012021-154650/pt-br.php>
- de Almeida Fleck, M. P. (2000). *O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas*. *Ciênc. saúde coletiva*, 5(1), 33–38. <https://www.scielo.br/j/csc/a/3LP73qPg5xBDnG3xMHBVVNK/?lang=pt#>
- Fagundes et al. (2020). *Instituições de longa permanência como alternativa no acolhimento das pessoas idosas*. *Rev. Salud Pública*. 19(2), 210-214.
- Governo do Estado de São Paulo. (2020). Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. *Manual de Orientação para o Funcionamento, Monitoramento e Avaliação das Instituições Geriátricas do Estado de São Paulo*, p. 31-33. <http://200.144.0.250/download/sersa/INSTITUI%C3%87%C3%83O%20GERIATRICA%202020.pdf>
- Guerra et al. (2021). *Envelhecimento: inter-relação do idoso com a família e a sociedade*. *Research, Society and Development*, 10(1), e3410111534. 10.33448/rsd-v10i1.11534. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11534>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2021). *71% dos municípios não têm instituições para idosos*. Website IPEA. Brasília: IPEA. <https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/4506-71-dos-municipios-nao-tem-instituicoes-para-idosos>
- Leite, et al. (2021). *Contribuições da assistência de enfermagem na prevenção de quedas e fraturas na atenção a saúde do idoso*. *Research, Society and Development*, [S. l.], 10(3), e57110313369. 10.33448/rsd-v10i3. 13369. <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13369>
- Mendes, et al. (2008). *Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem*. *Texto & contexto - enfermagem*, 17(4), 758 - 764.
- OMS (Organização Mundial de Saúde). 2005. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. 60p. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf
- Pollo, S. H. L. (2008). *Instituições de longa permanência para idosos—ILPIS: desafios e alternativas no município de Rio de Janeiro*. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.* 11(1), 29-44.
- Rodrigues et al. (2020). *Análise da habitabilidade nos eixos de acessibilidade e funcionalidade de uma unidade habitacional projetada para idosos*. *Research, Society and Development*, 9(5), e176953226, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3226>
- Silva, N., Farias, L., & Lima, J. (2017). *Caracterização de uma instituição de longa permanência para idosos*. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental*. 9(1), 159-166.
- Vanzin et al. (2017). *Observações sistemáticas em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI): Considerações arquitetônicas*. *Revista Kairós – Gerontologia*, 20(4), 195-208.
- Ximenes, M. A., & Côrte, B. (2007). *A instituição asilar e seus fazeres cotidianos: um estudo de caso*. *Estud. interdiscip. envelhec.*, 11, 29-52.